

RECESSÃO

Clon. Brasil

Sistema financeiro não será atingido, diz Andrade Vieira

05 JAN 1990

GAZETA MERCANTIL

por Rosemeiry Tardivo
de Curitiba

O sistema bancário não deverá sofrer grandes impactos com as medidas de emergência do governo Collor de Mello, conforme opinião do presidente do Banco Bamerindus, José Eduardo de Andrade Vieira.

"O plano cruzado, que nos obrigou a demitir milhares de funcionários, nos ensinou a trabalhar de forma racionalizada", disse ele.

O sistema, que absorve cerca de 1 milhão de pessoas, passou a investir em informatização e em fórmulas de aumento da produtividade. "No nosso caso, com 40 mil funcionários, consideramos que temos um quadro enxuto, com produtividade alta e não tenho receio de maiores problemas", afirmou Vieira.



José Eduardo Andrade
Vieira

O presidente do Bamerindus, que apoiou Fernando Collor de Mello durante sua campanha à Presidência da República, acha que as empresas organizadas estão tendo, até neste momento, muita remuneração com aplicações no sistema financeiro e é

mais do que justo que a partir de agora assumam um ônus social. "A maioria está capitalizada para isso. As que não estão terão que ajustar-se às novas medidas, que não podem deixar de ser implementadas em função de uma minoria", disse ele. No que se refere ao seguro desemprego, Vieira observa que ele próprio foi um defensor desta idéia, no âmbito do centro de estudos sociais, ligado à Sociedade Rural. "É uma medida mais do que válida", afirmou, defendendo que o valor do seguro deve ser suficiente, inclusive, para que o próprio desemprego adquira sua cesta básica. "Sou contra a distribuição de produtos porque esse sistema possibilita manobras e desvios. O que o governo deveria fazer é retirar os impostos dos produtos considerados de primeira necessidade, de forma a reduzir seus

preços e garantir ao trabalhador, desempregado ou não, adquirir sua alimentação, opinou.

No âmbito dos trabalhadores as medidas propostas pelo novo governo ainda não foram discutidas. O presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, Athos Fernandes Penteado, informou que os sindicatos integrados a uma intersindical (acerca de 40 entidades que reúnem mais ou menos 200 mil trabalhadores no estado) estariam reunidos ontem à noite para discutir e apresentar avaliações acerca de tais propostas. O secretário geral da CUT no Paraná, Paulo Roberto Cequinell, disse que enquanto não se tem as propostas oficiais do novo governo, a orientação tem sido para que os sindicatos filiados a esta central lutem por reduções de prazos de pagamentos dos salários.